

Flecheiros d’el Rei: índios e jesuítas na resistência ao domínio holandês 1630-1638

Mário Fernandes Correia Branco *

Resumo

O objetivo desta comunicação é apresentar uma breve exposição dos acontecimentos que se desenrolaram a partir de 1630, quando tropas da West Indische Compagnie (WIC) ocuparam a Vila de Olinda e o porto do Recife. A análise se estende até 1638, quando forças navais e terrestres da WIC, então comandadas por João Maurício de Nassau Siegen, sitiaram a cidade de Salvador. O foco da análise é ressaltar a capacidade dos indígenas no sentido de agirem politicamente, ao se aliarem ao projeto da resistência pernambucana, cuja liderança indígena mais conhecida foi Filipe Camarão. De fato, os índios flecheiros dos aldeamentos jesuítas tiveram papel preponderante na resistência aos invasores, para o que certamente colaborou a presença constante dos missionários da Companhia de Jesus junto aos nativos.

Palavras-Chave: Holandeses no Brasil; Índios Flecheiros; Companhia de Jesus.

Abstract

This communication is in order to give a brief explanation of the events occurred since 1630, when West Indische Compagnie’s Troops (WIC) have lined the villa of Olinda and the port of Recife. The analysis expands until 1638, when landing and naval forces of WIC, leaded by João Maurício de Nassau Siegen, have conquered the city of Salvador. The focus of this analysis is to emphasize the natives’ capacity of acting politically in order to be allied to the resistance project of the settled people in Pernambuco, which the best-known native leadership was Filipe Camarão. In fact, native bowmen from various jesuitic settlements had important actions in doing resistance to the invaders, for what had certainly collaborated the constant presence of the missionaries of the Society of Jesus close to the natives.

Key- Words: Dutch in Brazil; Native Bowmen; Society of Jesus.

Como se sabe, a partir das primeiras décadas do século XVII estendeu-se aos domínios coloniais da Espanha, a guerra que se iniciara desde fins do século anterior, com as Províncias Unidas. Neste sentido, o ataque fulminante à Olinda e Recife, realizado pelas tropas da Companhia das Índias Ocidentais (West-Indische Compagnie/WIC), em 1630, foi o primeiro passo para o efetivo domínio holandês nos trópicos.

Embora desde o início de suas atividades nos trópicos, em meados do século XVI, os missionários da Companhia de Jesus tenham se notabilizado pela adoção do aldeamento tutelado dos nativos, que se tornou a partir de então, o *locus* privilegiado para catequese e conversão dos nativos ao catolicismo, os habitantes destas aldeias desempenharam outro papel decisivo para o sucesso do processo de colonização iniciado nos trópicos. Refiro-me especificamente à função militar que os índios flecheiros passaram a desempenhar no sistema defensivo estabelecido pelas agentes da colonização.

* Universidade Federal Fluminense – Mestre em História Social (UFF/Programa de Pós-Graduação em História) – Bolsista de Doutorado do CNPq

De fato, a partir dos primeiros anos da década de 1550 os nativos das aldeias jesuíticas participaram de inúmeras expedições punitivas nos mais variados quadrantes do território brasileiro. Desde então, os flecheiros foram decisivos para a consolidação da presença lusitana, notadamente frente às investidas de corsários e aventureiros europeus que se lançaram sobre a colônia lusitana nos trópicos.

Por outro lado, a exemplo do que também ocorreu com as cartas escritas pelos jesuítas que missionaram no Brasil do século XVI, boa parte da correspondência dos missionários da ordem jesuítica produzida durante o século XVII foi publicada, graças ao profícuo trabalho do insigne historiador da Companhia, o padre doutor Serafim Leite. De fato, em sua monumental *História da Companhia de Jesus*, podem ser consultadas algumas cartas daqueles jesuítas que testemunharam os ataques desfechados pelas tropas da West Indische Compagnie em 1624, na Bahia e posteriormente em 1630 em Pernambuco. (LEITE, 1938-1950).

Por conseguinte, estas cartas permitem perceber, por um lado, numa chave de leitura religiosa, o testemunho vivo dos missionários, acerca do favor divino concedido aos Companheiros de Jesus e seus aliados, na luta contra as hostes dos invasores calvinistas. No entanto, numa abordagem mais propriamente histórica, é possível notar que as cartas jesuíticas são documentos preciosos sobre o cotidiano daquela época conflituosa. Nestas cartas se podem vislumbrar os sinais da resistência, as marcas da luta, permitindo ao leitor atento, vislumbrar o pano-de-fundo e o ambiente de incertezas no qual tiveram de agir os religiosos. Do mesmo modo, também se pode acompanhar o dia-a-dia e a evolução das ações de guerrilha, nas quais se destacaram os índios flecheiros das aldeias jesuíticas, e demais integrantes das forças coloniais que enfrentaram o mais poderoso exército europeu enviado aos trópicos no século XVII.

Porém, outro pormenor de grande significado deve ser ressaltado. No caso específico da luta contra as tropas da Companhia das Índias Ocidentais cabe observar que as aldeias da região nordeste, e em particular os colégios jesuíticos de Salvador e Olinda, desempenharam outra função, além de centros de catequese e ensino. De fato, desde o primeiro ataque dos neerlandeses a Salvador, em 1624, a conjugação de esforços dos religiosos do colégio da Bahia e dos índios *frexeiros* dos aldeamentos jesuíticos, teve papel preponderante na resistência aos invasores.

Naquela ocasião foi particularmente decisiva a ajuda dos nativos que habitavam as aldeias localizadas nos arredores da cidade. Graças a eles a resistência baiana logrou seu maior feito naqueles dias de incerteza. Um fato ilustra tal assertiva. Em meados de junho de 1624, o coronel Jan van Dorth, o comandante das tropas da WIC retornava de uma inspeção

às posições defensivas ocupadas por seus soldados. Apesar da forte escolta que o acompanhava, o incauto coronel caiu numa emboscada montada pelos flecheiros, sendo morto a menos de dois quilômetros de Salvador, sob os olhos atônitos de suas sentinelas.(BOXER, 1973: 69).

No entanto, em que pese a monumentalidade da produção historiográfica acerca do período de dominação holandesa nos trópicos, outra vertente de análise tem sido negligenciada pelos historiadores. Refiro-me, em particular, à sagacidade de alguns índios, dentre os quais alguns líderes, que buscaram usufruir alguma vantagem dos portugueses por meio da aliança com os religiosos e autoridades da administração régia. De fato, esta percepção permitiu-lhes alcançar uma diferenciação em relação aos colonos e aos demais nativos. Por conseguinte, no longo período de dominação holandesa sobre Pernambuco, que se estendeu às demais capitanias adjacentes, é possível vislumbrar não apenas uma situação de adesão voluntária ao novo modo de vida trazido pelos missionários, mas, sobretudo, indica a capacidade dos índios no sentido de agirem politicamente.

Neste sentido, as lideranças indígenas promoverem alianças com as forças européias envolvidas no conflito. O que por certo se insere na afirmativa de John Monteiro,(MONTEIRO,1999:4-5).

Esta característica política dos índios nem sempre foi percebida pelos observadores europeus, que tendiam a retratar os índios recalcitrantes como verdadeiros selvagens, que hostilizavam os brancos em função de sua natureza bruta. O reverso desta imagem residia no índio que colaborava com os projetos coloniais.

Durante o período das lutas contra os holandeses o caso mais conhecido é Antônio Felipe Camarão, heroicizado pela historiografia oitocentista. Camarão índio potiguar nascido por volta de 1600, no Rio Grande do Norte, foi elevado, primeiramente por Varnhagen à categoria de herói nacional, por ter lutado bravamente ao lado dos portugueses contra os holandeses.

A história real é, porém, um pouco mais complexa. Filipe Camarão era, de fato, uma das principais lideranças potiguares do nordeste. Residira por muitos anos numa aldeia jesuítica, mantendo-se fiel aos portugueses desde o início das lutas contra as tropas da WIC. No comando de seus flecheiros prestou valioso auxílio às tropas de Matias de Albuquerque. Posteriormente participou de todos os grandes combates da Guerra de Resistência. Por todos esses relevantes serviços, Camarão teve sua lealdade reconhecida e premiada pelo rei Filipe III de Portugal (1621-1640), que lhe concedeu o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo, o direito de usar o título de Dom e brasão de armas, com soldo de capitão-mor dos índios e tença de 40 mil réis. (CARTAS, 2001,v.2: 63-65)

Mas foi com o início da Insurreição Pernambucana que a atuação de Felipe Camarão atingiu o ápice, sobretudo pelo auxílio prestado a André Vidal de Negreiros na primeira batalha dos Guararapes, em 1648, na qual saíram destroçadas as tropas holandesas comandadas pelo general Sigismund von Schkoppe. Com a vitória dos portugueses ou luso-brasileiros, em 1654, sucumbiriam os potiguares aliados dos holandeses. Mas o próprio Felipe Camarão não viveu para assistir a vitória final sobre os holandeses. Vitimado por uma ‘febre maligna’, faleceu no Arraial Novo, em Pernambuco, em meados de 1648. (MELLO, 1954).

No entanto, embora não seja objeto desta comunicação, vale ressaltar que houve alianças indígenas com os holandeses, como no caso de Pedro Poti e Antônio Paraopaba, sobretudo em função dos acontecimentos que passaram à história no episódio do ataque de tropas lusitanas e flecheiros dos aldeamentos jesuíticos aos potiguares dissidentes na “Baía da Traição”, em 1625.

Quanto às ações dos missionários da Companhia de Jesus, embora estivessem presentes na capitania de Pernambuco desde 1551, somente dez anos depois conseguiram fundar a primeira aldeia jesuítica, sob a invocação de São Francisco, onde puderam reunir e abrigar alguns neófitos. Todavia, devido à extrema escassez de religiosos, não foi possível manter-se uma residência dos jesuítas naquele aldeamento e os nativos passaram a receber assistência espiritual dos padres do Colégio de Olinda. Para remediar essa situação, decidiu-se, já por volta de 1586, centralizar as atividades dos missionários na aldeia de São Miguel.

Já no século seguinte, a partir de 1630 e durante todo o período da guerra de resistência contra as tropas da West Indische Compagnie, essa aldeia tornou-se uma das mais importantes fontes de recrutamento de índios flecheiros. De fato, naquela conjuntura de enfrentamento armado, as aldeias jesuíticas situadas no *hinterland* da capitania desempenharam outra função, além de centros de catequese.

O longo período da dominação holandesa que se estendeu até 1654 também foi registrado nas cartas jesuíticas, através das quais é possível acompanhar os meandros da resistência nos trópicos. Na carta anual de 1630, escrita pelo padre Salvador da Silva, o missionário descreveu a vitória fulminante obtida pelos os soldados da WIC, sobre as tropas comandadas por Matias de Albuquerque. O padre informou ainda que a derrocada das linhas de defesa luso-espanholas estabelecidas naquela região fez com que vários jesuítas, particularmente os que até então viviam no Colégio de Olinda, buscassem refúgio e auxílio nos aldeamentos mantidos pelos jesuítas, no interior da capitania.

Ainda naquele mesmo ano de 1630 foi impressa, em Lisboa, a primeira notícia sobre a conquista de Olinda e Recife pelas tropas da West Indische Compagnie. Trata-se da *Relaçam*

Verdadeira, datada de 18 de abril daquele ano, ou seja, menos de dois meses após a conquista de Olinda e Recife pelas tropas da WIC. Este documento, embora contenha algumas imprecisões quanto à cronologia dos fatos, certamente causadas por uma leitura equivocada do manuscrito original, traz a primeira menção acerca das ações de combate dos flecheiros, enfatizando a figura de liderança do padre jesuíta Manoel de Moraes, superior da aldeia de São Miguel, e um dos primeiros a se apresentar para, juntamente com os flecheiros de sua aldeia combater contra os holandeses. (ANNAES, 1898: 125-132).

Quanto ao autor da *Relaçam Verdadeira*, nada se sabe ao certo. No entanto, pelas referências elogiosas à conduta do padre Manoel de Moraes e seus índios da aldeia de São Miguel, bem como às ações do general Matias de Albuquerque é bastante provável que o ‘religioso de muyta autoridade,’ a quem se atribuiu naquela época a autoria do texto, seja um jesuíta do Colégio de Olinda. De todo modo, graças aos flecheiros de São Miguel, foi possível conter o avanço das tropas da WIC, nos primeiros dias da luta, o que permitiu a Matias de Albuquerque, reagrupar os remanescentes de suas tropas e buscar refúgio no Arraial do Bom Jesus.

O quartel general da resistência foi instalado no Arraial do Bom Jesus, organizado a partir de então para reunir os soldados e colonos que se dispersaram após a vitória das tropas invasoras. Daquela posição, que foi fortificada às pressas, partiam pequenos grupos de combate para enfrentar os invasores, pois só havia pouco mais de 300 homens em condições de lutar. Por conseguinte, devido a escassez de combatentes, a tática de guerrilha foi adotada nas emboscadas desencadeadas sobre os mercenários que compunham as tropas da WIC.

Pelo lado dos holandeses outro relato, da mesma época, apresenta a mais viva descrição daqueles primeiros dias de luta. *O Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais*, escrito por um jovem de Strasburgo, Ambrósio Richsoffer, que se engajara em 1629 nas Províncias Unidas, para servir como soldado das tropas da West Indische Compagnie. Embora sua narrativa se encerre em 1632, quando finalmente retornou à Europa, após três longos anos de serviço, traduz o cotidiano do cerco vivido pelas tropas invasoras. É uma das primeiras fontes neerlandesas publicadas que mencionou as ações de guerrilha, adotadas pela resistência pernambucana, enfatizando a ferocidade dos índios flecheiros, que causava inegável terror aos soldados das tropas de ocupação. (RICHSSOFFER, 2001: 49).

O inimigo matou-nos alguns homens que se haviam adiantado demais pelo mato adentro, em consequência do que o senhor General ordenou que várias companhias (entre as quais a nossa) se dirigissem para ali. Depois de termos marchado um pedaço de caminho, fizemos alto em um prado, a fim de descansar, quando fomos completamente cercados pelo inimigo e acometidos com tal violência, que as balas e as flechas choviam de todos os lados [...].

Naquela ocasião as ações dos jesuítas traduziram-se em duas vertentes, que embora possam parecer excludentes, na realidade se complementaram. A primeira delas, através da assistência religiosa aos combatentes, de acordo com o *modus operandi* dos inacianos previsto nas *Constituições*. A segunda, mediante a presença de missionários junto aos indígenas, dirigindo as surtidas desencadeadas pelos nativos aldeados, contra os invasores calvinistas. O melhor exemplo desta conduta combatente foram os padres Manuel de Moraes e Lopo do Couto.

Todavia, estas atividades não estavam isentas de riscos. Os inacianos que atuaram naquela região enfrentaram toda a espécie de perigos. Inúmeros foram aprisionados e deportados, vários torturados, outros acabaram sendo mortos. Nestas condições, extremamente adversas, destacou-se o valor inestimável das informações acerca do cotidiano vivido no front nordestino, que os jesuítas fizeram circular, através de suas cartas, para além dos limites do Brasil holandês. O que por certo explica a repressão que os inacianos sofreram pelas mãos dos batavos. Pois, apesar da liberdade de consciência e de culto que permitiram aos colonos sob sua jurisdição, particularmente durante o período nassoviano, essa aparente tolerância dos calvinistas não se estendeu aos Companheiros de Jesus. De fato, uns foram mortos em combate, como o padre Antonio Bellavia, outros deportados, sendo postos a ferros nos porões dos navios, em condições tão desumanas, que faleceram durante a longa travessia do oceano, como foi o caso do padre José da Costa. Este capítulo de horrores também foi descrito nas cartas dos Soldados de Cristo. (LEITE, 1945: 352).

Quanto ao Arraial do Bom Jesus, malgrado o silêncio dos relatos coevos, cabe ressaltar que com toda a justiça rios de tinta têm corrido para louvar a coragem e o espírito indômito dos que lutaram naquela cidadela, encravada no flanco das tropas da Companhia das Índias Ocidentais. Todavia, o nome pelo qual o reduto passou à história, se deve aos religiosos da Companhia de Jesus. De fato, foi por determinação do padre Manuel Fernandes, então Visitador da ordem inaciana em Pernambuco, que se consagrou ‘ao Bom Jesus’ uma pequena capela erguida pelos jesuítas do Colégio de Olinda, que se refugiaram no Arraial, conforme testemunhou o próprio comandante da resistência, Matias de Albuquerque. (VILHASANTI, 1941: 193).

De todo modo, além de assegurar as bênçãos do céu, os soldados da resistência pernambucana trataram de fortificar aquela posição da melhor maneira que puderam. Em termos de estratégia militar a escolha daquela posição defensiva atendia a duas premissas básicas. Por um lado, impedia o acesso das tropas da Companhia das Índias Ocidentais à Várzea, onde se localizavam os engenhos de cana, a base econômica da capitania de

Pernambuco. Por outro lado, o Arraial se estabeleceu numa elevação que se situava a 1 légua, ou seja, apenas seis quilômetros de distância da vila de Olinda, e do porto do Recife. De fato, o Forte Real do Bom Jesus, como também aparece nos relatos da época, se encontrava a cavaleiro do cruzamento de vários caminhos que demandavam o interior da capitania.

Dali partiram as companhias de emboscada, reforçadas por índios flecheiros. Esses pequenos grupos de guerrilheiros possuíam duas características principais: o número variável de combatentes e o baixo grau de adestramento militar. O que, no entanto, não impediu que se lançassem contra os inimigos mais numerosos, tornando-se indispensáveis na luta movida contra os invasores holandeses. De fato, naquela conjuntura adversa, sob todos os pontos de vista, era esse o exército com o qual a resistência pernambucana podia contar. (MELLO, 2007: 88)

Ao iniciar-se a resistência, mais do que uma concepção militar, a guerra volante atendia uma conveniência prática. Sem exército profissional nem gente treinada, a guerrilha era a única forma de utilização bélica da camada marginalizada da população colonial.

Na realidade as fontes de recrutamento destas companhias eram as mais heterogêneas. Delas faziam parte além dos índios flecheiros dos aldeamentos jesuíticos, os antigos moradores da colônia e os soldados do reino, remanescentes das tropas coloniais luso-espanholas. Estes, sem dúvida, os menos afeitos àquela nova modalidade de luta empregada nos trópicos. Todavia, o correr da luta acabou por torná-los exímios guerrilheiros, que causavam verdadeiro terror aos soldados das tropas da Companhia das Índias Ocidentais. De todo modo, e apesar das flagrantes deficiências em efetivos, suprimentos e armas, as companhias volantes, outro nome pelo qual se tornaram conhecidas, eram bastante eficientes em combate. O que pode ser verificado nos relatos que chegaram até nossos dias, alguns dos quais foram produzidos pelos próprios soldados da West Indische Compagnie.

Dentre aqueles que conseguiram sobreviver para contar como havia sido nefasta a experiência de encontrar alguns desses soldados da terra, pelos caminhos e atalhos da Várzea pernambucana, destaca-se Cuthbert Pudsey. Um oficial inglês que serviu no Brasil entre 1630 e 1640. No seu *Diário de uma estada no Brasil 1629-1640*, encontramos relatos acerca da região onde atuaram os soldados da Companhia das Índias Ocidentais. Arguto observador, o mercenário descreveu as dificuldades de adaptação daqueles combatentes ao clima e à dureza do ambiente tropical. As baixas por doença vitimavam particularmente os que eram oriundos do norte da Europa, ou seja, a maior parte do efetivo das tropas alistadas pela Companhia das Índias Ocidentais. No entanto, Pudsey se deteve, com mais vagar, na descrição das estratégias e formas de combater, empregados pelos guerrilheiros da Várzea pernambucana. Sobre este

última característica da guerra dos trópicos, chegou a ressaltar que, “... no começo, esta guerra do mato era algo estranha para nossos homens, devido às emboscadas que o inimigo propositadamente nos armava nas matas, uma invenção por demais assassina, que nos matava muitos dos nossos soldados”. (PUDSEY, 2000: 12).

Todavia, com o correr da luta eram claros os sinais do colapso que se avizinhava sobre o sistema defensivo da resistência. Pois, ainda que reforços tenham sido enviados pela Espanha, os holandeses recebiam novas tropas com mais regularidade. Por fim, os sintomas da derrocada se agravaram, não só com a queda da capitania da Paraíba, em fins de 1634, mas, principalmente, com a tomada do Arraial do Bom Jesus. De fato, após resistir a inúmeros ataques, o quartel-general dos guerrilheiros caiu em poder das tropas inimigas em junho de 1635.

De todo modo, por volta de 1636, a situação militar chegou ao impasse e à exaustão, que se abateu sobre os combatentes de ambos os lados envolvidos no conflito. Embora, a situação se apresentasse com pequena vantagem para os integrantes das tropas da WIC, graças, sobretudo, as deserções de Calabar em 1632, à qual se somou a do jesuíta Manuel de Moraes, no controverso episódio da rendição da Paraíba, cujas consequências foram magistralmente abordadas por Ronaldo Vainfas em seu recente livro: *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. (VAINFAS: 2008).

A partir da queda do Arraial do Bom Jesus, as companhias de emboscada e os sobreviventes que lograram escapar do destroçado reduto da resistência pernambucana, iniciaram uma inexorável retirada para a Bahia. No entanto o efetivo da coluna não parava de aumentar, pois, outros grupos foram se agregando aos retirantes. Nesta manobra os índios flecheiros das aldeias jesuíticas, agora comandadas por Felipe Camarão, que substituiu o padre Manuel de Moraes, tornaram-se imprescindíveis para garantir que a retirada fosse realizada com alguma ordem. Devido à sua extrema mobilidade e capacidade de luta, foram encarregados de manter os soldados holandeses à distância, postando-se sempre na retaguarda da coluna de retirantes.

De todo o modo, a retirada foi realizada sob as mais adversas condições, agravada pela crônica falta de suprimentos. Finalmente a coluna dos ‘retirados de Pernambuco’, conseguiu chegar aos arredores de Salvador nos primeiros meses de 1638, bem a tempo de participarem decisivamente dos combates que livraram a cidade do cerco imposto pelo conde Maurício de Nassau. De fato, o Governador do Brasil holandês, chegou a considerar que a cidade de Salvador seria tomada, com relativa facilidade. No entanto, a realidade se encarregou de

frustrar tais perspectivas otimistas. Ao menos é o que se pode verificar pelas palavras de Barleus, o insuspeitado cronista de seus feitos.

Sem dúvida um grande feito militar foi realizado pelos defensores de Salvador. Mais que isso, eles venceram os sitiados, que representavam o melhor exército enviado aos trópicos no século XVII, empregando as estratégias que eram adotadas na Europa, mescladas com as que desenvolveram durante os oito anos de resistência às tropas da West Indische Compagnie, dentre as quais se destacou o *modus operandi* dos índios flecheiros, no qual sobressaía a emboscada. Por conseguinte, as ações destes combatentes corroboram as palavras do mestre Evaldo Cabral, acerca das peculiaridades da guerra travada nos trópicos.(MELLO, 2007: 257).

Guerra de posições e guerrilha: eis os pólos entre os quais se moveram ambigualmente a resistência e a restauração, sem jamais serem inteiramente uma ou outra; eis, lado a lado, em embaraçosa convivência, a guerra européia e a “guerra brasileira”, o veterano de Flandres e o capitão de emboscadas, o soldado do reino e o soldado da terra.

Fontes & Bibliografia

CARTAS do I^o Conde da Torre. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática/MRE, 2001.

BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. (Coleção Brasileira volume 353).

_____. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. (Coleção Brasileira volume 312).

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália / Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950.

MONTEIRO, John Manuel. “A Espada de Madeira”. In: *D.O. Leitura*. São Paulo, ano 17, nº 3, Suplemento 500 anos de Brasil, p.4-5, julho 1999.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34. 2007. p.257

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *D. Antônio Filipe Camarão: capitão-mor dos índios da costa nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

PUDSEY, Cuthbert. *Diário de uma estada no Brasil 1629-1640*. Petrópolis: Editora Index, 2000.

‘**RELAÇÃO VERDADEIRA** e breue da tomada da Villa de Olinda e lugar do Recife na costa do Brazil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que escreveo hum Religioso de muyta autoridade, & que foy testemunha de vista de quase todo o socedido: & assi o affirma, & jura; & mais do que depois disso socedeo té os dezoito de Abril deste presente & fatal anno de 1630.’[original de 1630]. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 20: 125-132, 1898.

RICHOSFFER, Ambrósio. *Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais 1629-1632*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. p.49. CD-ROM.

VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VILHASANTI, Pedro Cadena de. *Relação Diária do Cerco da Baía de 1638*. (Prefácio de Serafim Leite & notas de Manuel Múrias). Lisboa: 1941.